



30^º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE

Eixo 6 - O mundo digital: apropriação e desafios

Modalidade: trabalho completo

Tratamento da informação em bibliotecas especializadas: relato de caso da Rede de Bibliotecas do Instituto Brasileiro de Museus

Information treatment in specialized libraries: case report from the Library Network of the Brazilian Institute of Museums

Marcelo Votto Texeira – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Ingrid Torres Schiessl – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Suelen Garcia Soares Vaz – Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

Suzelayne Eustaquio de Azevedo – Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

Milton Shintaku – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Resumo: O tratamento da informação é uma atividade intrínseca às bibliotecas e dela a recuperação da informação é possibilitada. O presente trabalho constitui-se em um relato de caso sobre as parametrizações necessárias no tratamento da informação para o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas do Instituto Brasileiro de Museus. O projeto encontra-se em andamento, contudo os resultados preliminares apresentados neste trabalho foram obtidos na criação da Política de Tratamento da Informação, a elaboração dos Manuais de catalogação, o tratamento dos metadados e a padronização de elementos descritivos. No relato, conclui-se a necessidade de revisão contínua dos processos.

Palavras-chave: Organização da informação. Bibliotecas - Processamento técnico. Catalogação. Bibliotecas especializadas. Instituto Brasileiro de Museus.

Abstract: Information treatment is a fundamental activity in libraries, enabling efficient information retrieval. This case report details the necessary parameterizations in information processing for the development of the Brazilian Institute of Museums's Library Network. Although the project is ongoing, preliminary results include the creation of the Information Treatment Policy, preparation of cataloging manuals, metadata processing, and standardization of descriptive elements. The report concludes that there is a need for continuous review of these processes.



Keywords: Information organization. Technical services (Libraries). Cataloging. Libraries, Special. Instituto Brasileiro de Museus.

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado por meio da Lei Nº 11.906 de 20 de setembro de 2009, é uma autarquia, vinculada ao Ministério da Cultura. Historicamente o IBRAM é a sucessão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no que concerne a gestão dos museus federais, e tem papel importante na articulação de ações que envolvam os museus, além de ser o órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM).

Neste ponto, o IBRAM coordena 27 museus, categorizados em três unidades, revelando a complexidade e abrangência dessas unidades de informação, tanto que, de Chagas (1985), discutindo os conceitos antigos e novos sobre museus, relata a variedade de museus existentes e advoga pela inserção social do museu. Revela-se a complexidade da atuação do IBRAM, visto as especificidades de cada museu vinculado a esse instituto.

Salienta-se que além das questões museológicas envolvidas nas ações do IBRAM, muitos museus possuem bibliotecas, adicionando mais um elemento na gestão do museu. Em levantamento inicial, tem-se que 19 museus vinculados ao IBRAM têm acervos bibliográficos, em vários estágios de implementação de Sistema Integrado de Gestão de Biblioteca (SIGB), que vão desde a inexistência até sistemas informatizados desenvolvidos na própria instituição, passando, é claro, por alguns sistemas comerciais e livres.

Assim, verifica-se a necessidade da atuação do IBRAM em questões relativas a bibliotecas, visto integrarem os museus, sendo elementos importantes na gestão da informação. Com isso, expande-se as ações do IBRAM, agregando complexidades às responsabilidades da instituição, na medida em que os museus integrantes da rede do IBRAM possuem autonomia sobre os seus acervos bibliográficos.

Dessa forma, os museus coordenados pelo IBRAM formam uma rede, no qual o instituto é o coordenador, mas não é um museu. Entretanto, o próprio IBRAM tem uma biblioteca, de forma a transcender a questão de rede de bibliotecas de museus, para se tornar uma Rede de Bibliotecas dos museus e IBRAM, no qual a Biblioteca do IBRAM pode ser a coordenadora.

A idealização do tratamento da informação em uma Rede de Bibliotecas especializadas nas áreas de memória e patrimônio histórico requer um olhar atento sobre as premissas que orientam as práticas. Considerando os objetivos do IBRAM e as necessidades de acesso à informação por sua comunidade usuária, os objetivos que fundamentam o Tratamento da Informação na Rede de Bibliotecas são:

- a) Assegurar que as informações contidas nas bibliotecas estejam organizadas e acessíveis aos usuários de forma clara e eficiente, permitindo que eles encontrem rapidamente o que precisam;
- b) Garantir que o acervo das bibliotecas seja preservado e conservado para que possa ser descoberto e acessado pelos usuários;
- c) Contribuir para a formação e aperfeiçoamento profissional dos usuários por meio do acesso às informações relevantes em suas áreas de atuação.

Em conclusão, o tratamento da informação dos acervos bibliográficos no contexto dos museus vinculados ao IBRAM exige uma abordagem abrangente e colaborativa. A criação de uma Rede de Bibliotecas, representa um passo crucial para otimizar o acesso, a organização e a preservação do conhecimento nesse âmbito. Ao integrar as bibliotecas dos museus e do próprio IBRAM, essa rede tem o potencial de fortalecer a missão institucional, fomentar a pesquisa e o aprendizado, e contribuir para a valorização do patrimônio cultural brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico, serão apresentados alguns conceitos que fundamentam o tratamento da informação em bibliotecas.

2.1 Normas e padrões de descrição

Dias (2001) menciona que o tratamento da informação pode ser compreendido como a atividade de descrever recursos a partir de suas características físicas e temáticas. Tal definição é uma porta de entrada teórica para a compreensão de que o conceito de tratamento da informação é mais amplo do que o conceito de catalogação.

Para garantir que a informação seja facilmente encontrada e utilizada, o tratamento da informação engloba práticas como catalogação, classificação e indexação

(Hillesheim; Fachin, 2016). Essas práticas geram os registros que compõem os catálogos, que em sua maioria, hoje em dia, são digitais.

Na catalogação tradicional, o documento é minuciosamente representado por um conjunto estruturado de informações. Essa representação engloba detalhes da descrição física do item, como título, autor, editora, ano de publicação, número de páginas e dimensões. A catalogação também abrange pontos de acesso cruciais para a recuperação da informação, como pontos de acesso para cabeçalhos de assunto e nomes de pessoas ou entidades associadas ao documento (Santos, Pereira, 2014).

Sobre os pontos de acesso, Mey e Silveira (2009, p.8) mencionam que “a catalogação deve possibilitar ao usuário expressar sua mensagem interna”. Com isso, traduzir suas necessidades e interesses em termos que o sistema de busca possa compreender. Através da escolha cuidadosa de pontos de acesso relevantes e da utilização de vocabulários controlados, a catalogação cria uma ponte entre a linguagem do usuário e a linguagem do sistema, facilitando a comunicação e o acesso à informação desejada (Santos, 2000).

É importante ressaltar que o acesso à informação depende da organização e controle da produção bibliográfica. Isso significa que os registros precisam ser estruturados em sistemas de informação que possibilitem a identificação e localização dos itens desejados (Campello, 2019). A Biblioteconomia desenvolveu mecanismos e instrumentos para essa organização e controle que utilizam registros catalográficos padronizados para facilitar o acesso às publicações (Mey, Silveira, 2009).

Assim, as regras e padrões de catalogação, que antes eram aplicados de forma institucional ou, no máximo, em âmbito nacional, passaram a ser aceitos globalmente após alcançarem um consenso em relação à sua configuração e uso generalizado no processamento técnico (Santos, 2000). Para que um catálogo, ou qualquer outro sistema de recuperação da informação, funcione de maneira consistente e eficaz, é fundamental que ele atenda a um conjunto básico de funcionalidades. Essas funcionalidades garantem que os usuários possam interagir com o sistema de forma intuitiva e obter resultados relevantes para suas pesquisas (Mey, Silveira, 2009).

No contexto específico dos registros bibliográficos, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) estabelece um conjunto de funções essenciais que um catálogo deve cumprir. Essas funções abrangem desde a busca e

localização de itens específicos até a seleção e obtenção de materiais, garantindo que o catálogo sirva como uma ferramenta completa e confiável para o acesso à informação bibliográfica. Dentro de um padrão mínimo de funcionalidades, estabelecem-se como funções do catálogo para os registros bibliográficos (IFLA, 2016):

- a) **Encontrar** recursos bibliográficos numa coleção como resultado de uma pesquisa utilizando atributos e relações entre recursos;
- b) **Identificar** um recurso bibliográfico ou agente, ou seja, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares;
- c) **Selecionar** um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do utilizador (usuário), ou seja, escolher um recurso que esteja de acordo com as necessidades do utilizador (usuário), no que diz respeito ao conteúdo, suporte etc. ou rejeitar um recurso que seja inadequado às necessidades do utilizador (usuário);
- d) **Adquirir ou obter acesso** a um item descrito, ou seja, fornecer informação que permitirá ao usuário adquirir um item por meio de empréstimo etc. ou acessar eletronicamente a um item por meio de uma ligação em linha a uma fonte remota; ou acessar, adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade;
- e) **Navegar e explorar** num catálogo ou para além dele através da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se navegar, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades conceitos, objetos, eventos e lugares.

Assim, pode-se mencionar que um catálogo de biblioteca serve como um mapa para seus recursos, permitindo que os usuários naveguem e descubram materiais relevantes. Para garantir a eficácia deste mapa, é crucial que as descrições dos itens sejam precisas e consistentes. É aqui que entra o Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição (AACR2).

O AACR2 serve como um guia abrangente para a criação de descrições bibliográficas precisas e a atribuição de pontos de acesso consistentes em catálogos de biblioteca. Visa padronizar os procedimentos de catalogação em nível global,

estabelecendo regras para a descrição de diferentes tipos de publicações e a organização dos elementos descritivos (Fusco, 2011).

Além disso, o código define um sistema de ordem de descrição, por áreas de descrição, além da pontuação entre os elementos descritivos. Tais elementos são baseados no documento denominado *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), ou, em português, Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada. A ISBD estabelece um padrão internacionalmente reconhecido para a descrição de recursos bibliográficos, garantindo com que os dados sobre publicações de diferentes países estejam disponíveis de forma consistente e acessível em todo o mundo. Essa padronização contribui significativamente para a cooperação e o intercâmbio de informações bibliográficas entre diferentes bibliotecas, facilitando a pesquisa e o acesso ao conhecimento em escala global (ISBD, 2024).

Em suma, com base nos autores citados, pode-se afirmar que tratamento da informação se torna uma peça importante garantia ao acesso organizado e eficaz do conhecimento. A padronização proporcionada por normas como o AACR2 e a ISBD, aliada à adoção de sistemas de informação robustos, permite que catálogos e outros recursos de busca funcionem.

3 METODOLOGIA

O presente relato de caso descreve a experiência do planejamento e implantação do tratamento da informação para a Rede de Bibliotecas do IBRAM. O processo seguiu uma estrutura metodológica bem definida, com etapas sequenciais que garantiram a organização do projeto.

A estrutura de trabalho adotada compreendeu as seguintes etapas:

- **Política de Tratamento da Informação:** Definição de diretrizes e normas para o tratamento dos dados.
- **Manuais de catalogação:** Elaboração de guias práticos para padronizar os procedimentos de catalogação.
- **Tratamento dos metadados:** Aplicação das normas e padrões definidos nos manuais para descrever e organizar os recursos informacionais.

- **Padronização de elementos descritivos:** Uniformização dos termos e formatos utilizados na descrição dos recursos.

Cada uma das etapas de trabalho supracitadas é composta por ações específicas, detalhadas na seção dos resultados e discussões. Junto a isso, as atividades ocorreram a partir de encontros *on-line* entre as equipes, visto a abrangência geográfica das bibliotecas que compõem a rede.

Plataformas como *Google Drive* e *Wordpress* serviram como ferramentas para o armazenamento e divulgação da documentação produzida no projeto. Reuniões periódicas com as equipes ocorrem ainda e servem como ponto de alinhamento para as decisões relacionadas ao tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados a seguir são parte de um processo ainda em aberto e contínuo de estruturação planejada do tratamento da informação na Rede de Bibliotecas do Ibram. O período que compreende tais ações é de dezembro de 2022 até julho de 2024.

4.1 Políticas e manuais de catalogação

A padronização das ações deve ser compreendida como um princípio para o tratamento de dados em unidades de informação. Dessa forma, conforme ações mais detalhadas são executadas em rede, mais necessário se faz a adoção de normas para estruturar tal execução.

Diante disso, o trabalho inicial na Meta 2 do projeto foi desenvolver a Política de Tratamento da Informação e o Manual de Catalogação da Rede de Bibliotecas do Ibram, conforme descrito nas subseções a seguir.

4.1.1 ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

A Política de Tratamento da Informação aborda exclusivamente os conceitos e instrumentos predominantes nas práticas de tratamento da informação na Rede de Bibliotecas do IBRAM. A estrutura elaborada para este documento objetiva permitir a compreensão inicial das bases teóricas aos quais se fundamenta a política de tratamento

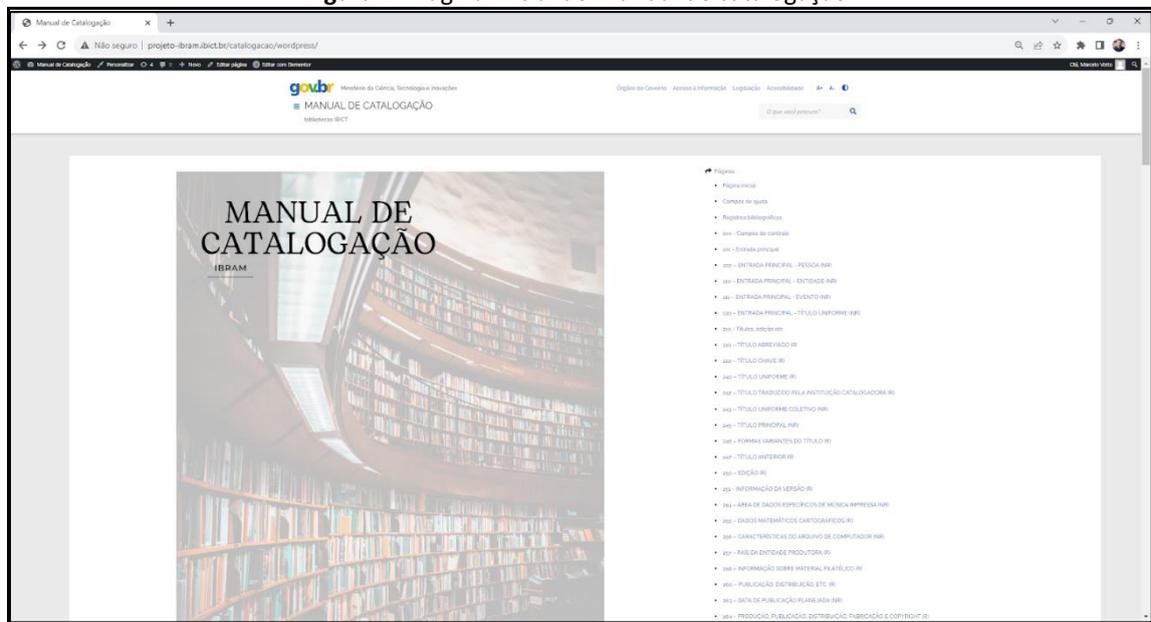
da informação. Os processos descritos se baseiam em fundamentos teóricos sobre o tratamento da informação no domínio bibliográfico, bem como, o entendimento prévio das(os) Bibliotecárias(os) que compõem a Rede sobre as ações pertencentes a tal área.

A política já possui seu conteúdo elaborado, mas ainda é registrada como “*versão preliminar*” para que seja aprovada após a inclusão do acervo de todas as bibliotecas no sistema gerenciador da Rede. O conteúdo da Política está disponível na Internet e com acesso para todos os bibliotecários da Rede.

4.1.2 CRIAÇÃO DO MANUAL DE CATALOGAÇÃO

A finalidade do manual de catalogação é organizar as orientações para a catalogação dos suportes informacionais dispostos pela Rede de Bibliotecas do Ibram, visando a garantia da qualidade e da uniformidade na catalogação. Exposto isso, o manual projeto em Plataforma Wordpress, com disponibilidade via Internet para todas as bibliotecas da Rede, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Página inicial do Manual de catalogação



Fonte: os autores (2024)

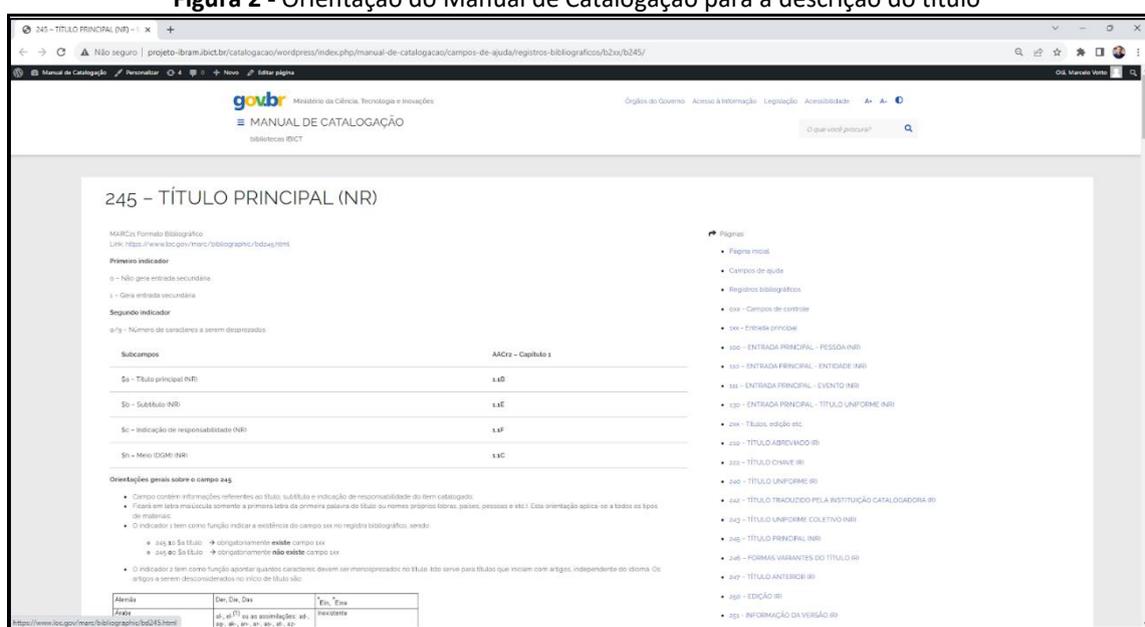
Descrição: Figura de um navegador de Internet, mostrando o site que hospeda o Manual de Catalogação da Rede de Bibliotecas do Ibram. Ao lado esquerdo da figura há uma foto com livros em uma longa estante e no lado direito há *hiperlinks* com as tags e os respectivos nomes dos metadados do MARC 21 para Registros Bibliográficos.

Para a elaboração do Manual de Catalogação foram elaboradas 152 páginas com orientações para a catalogação de recursos informacionais, estruturando o conteúdo a partir do Padrão de Metadados *MARC 21 Format for Bibliographic Data*, da Biblioteca

do Congresso Norte-americano. Com a finalidade de preservação dos dados, todo o conteúdo do manual foi primeiramente desenvolvido no drive da Coordenação de Tecnologias para Informação do IBICT (COTEC).

Para cada elemento descritivo, o catalogador contará com uma ferramenta de apoio dentro do próprio Sistema Gerenciador, o software Koha, fazendo com que no momento da catalogação seja possível sanar possíveis dúvidas sobre o elemento a ser catalogado. Para tal, foi realizado um ajuste no software para que a área de apoio fosse redirecionada do, até então, site do *MARC 21 Format for Bibliographic Data*, para o Manual de Catalogação, conforme a Figura 2.

Figura 2 - Orientação do Manual de Catalogação para a descrição do título



Fonte: os autores (2024)

Descrição: A figura apresenta um exemplo do conteúdo do manual de catalogação elaborado para a Rede de Bibliotecas do Ibram. Trata-se do manual para a tag 245 do MARC 21 para Registro Bibliográfico, voltado para o Título principal.

Por fim, cabe o destaque de que todas as páginas do manual contêm o *hiperlink* para a página original do *MARC 21 Format for Bibliographic Data*, os indicadores para o uso do campo, os subcampos e as regras de descrição do *Anglo-American cataloging Rules (AACr2)* correspondentes, orientações específicas para a descrição entre as bibliotecas da Rede e exemplos práticos de catalogação.

4.1.3 CRIAÇÃO DOS CÓDIGOS MARC PARA AS BIBLIOTECAS DA REDE

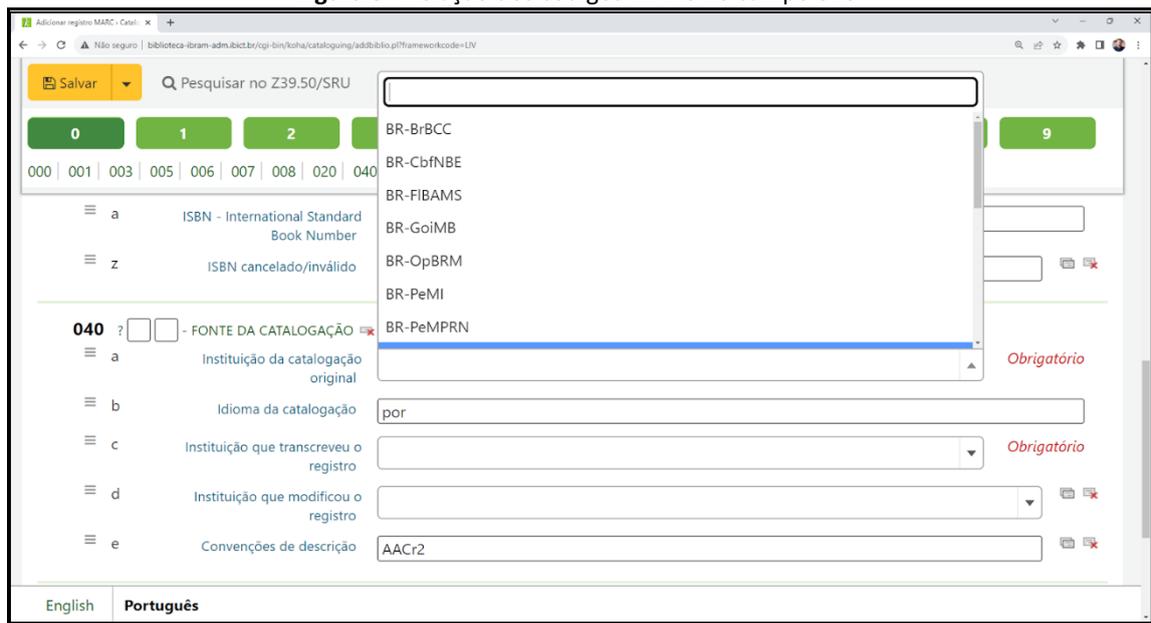
Durante o processamento técnico dos itens do acervo das bibliotecas é obrigatório a descrição do código MARC da entidade responsável pela catalogação de

um determinado registro, no campo 040 do *MARC 21 Format for Bibliographic Data*. É por meio desse código que é possível diferenciar qual biblioteca realizou a catalogação de um determinado registro, algo essencial para a interoperabilidade de dados na rede.

Diagnosticou-se que apenas uma das bibliotecas da Rede, a Biblioteca do Museu da Abolição, possuía tal código. Dessa forma, realizou-se a coleta de dados referentes a cada uma das bibliotecas restantes e foi encaminhada à Biblioteca do Congresso Norte-americano a solicitação dos códigos MARC.

Por fim, foi desenvolvido no software Koha uma lista suspensa, com os códigos, para a catalogação dos recursos e a indicação do código da biblioteca que criou ou alterou o registro, conforme a Figura 3.

Figura 3 - Relação dos códigos MARC no campo 040



Fonte: os autores (2023)

Descrição: A figura apresenta a tela do módulo de catalogação do software Koha. Nele é exibido um conjunto de tags do MARC 21 para Registros Bibliográficos, com uma aba aberta no centro da figura, mostrando alguns exemplos de códigos que representam algumas bibliotecas da rede junto a *Library of Congress*.

4.2 Tratamento dos metadados

Partindo-se do pressuposto de que metadados são dados que descrevem os atributos de um recurso (Ikematu, 2001), para o domínio bibliográfico os metadados assumem uma relevância pontual na representação informacional, visto eles atuarem como um elo entre o bibliotecário e o usuário dos catálogos. A partir dos metadados é que o usuário passa a recuperar a informação de forma estruturada e passível de relação entre diferentes recursos informacionais.

A biblioteconomia faz uso de metadados de forma altamente estruturada, ou seja, os metadados são fragmentados para que haja um subcampo dedicado à cada elemento descritivo, bem como, para cada elemento descritivo há regras ou normas para a padronização da descrição de tal metadado. Isso é algo peculiar da biblioteconomia e que nos difere do tratamento de metadados em outras áreas.

No trabalho desenvolvido para o tratamento de metadados foram realizadas as ações de atualização dos metadados do MARC 21 para Registros Bibliográficos e Autoridades, a criação de Planilha bibliográfica MARC, com os metadados específicos para os recursos, o registro das autoridades para as subdivisões de assunto e o alinhamento das autoridades com os campos de vinculação no MARC Bibliográfico, conforme descrito a seguir.

4.2.1 ATUALIZAÇÃO DOS METADADOS DO MARC 21

A atualização dos metadados do MARC 21 se deu a partir do software Koha e do site oficial do Formato MARC 21. Diagnosticou-se que os metadados registrados no software careciam da última versão do Formato MARC 21, o “*MARC 21 Update No. 36 Full and Concise available online*”.

Do total de 348 dos campos verificados do *MARC 21* para Registros Bibliográficos, 160 campos tiveram alguma atualização, desde adequação da nomenclatura até adicionar campos e subcampos. É possível destacar que uma grande porção das alterações na nomenclatura de subcampos está ligada a tradução incorreta do subcampo \$6 - Ligação.

Tabela 1 - Atualizações dos campos MARC 21 para Registros Bibliográficos

MUDANÇAS APÓS VERIFICAÇÃO	TOTAL DE CAMPOS
Não sofreu alterações	182*
Alterações na nomenclatura dos campos	69
Alteração na nomenclatura dos subcampos	84
Adição ou remoção de subcampos	64
Adição de campos da atualização n.º36	5
Remoção de campos da atualização n.º36	43

**Os campos X90 e 9XX não foram verificados pois se trata de campos de uso local*

Fonte: os autores (2024)

Descrição: A tabela apresenta duas colunas, a coluna da esquerda é intitulada mudanças após verificação, trazendo os dados relativos as atualizações dos campos MARC 21 para Registros Bibliográficos e a coluna da direita é denominada total de campos, apresentando os números correspondentes.

O mesmo processo foi realizado para os 179 campos do *MARC 21* para Registros de Autoridades e os mesmos ajustes foram necessários para adequação dos metadados no software Koha em relação a atualização do *MARC 21*.

Tabela 2: Atualizações dos campos MARC 21 para Registros de Autoridades

MUDANÇAS APÓS VERIFICAÇÃO	TOTAL DE CAMPOS
Não sofreu alterações	40
Alterações na nomenclatura dos campos	88
Alteração na nomenclatura dos subcampos	79
Adição ou remoção de subcampos	69
Adição de campos da atualização n.º36	2
Remoção de campos da atualização n.º36	29

Fonte: os autores (2024)

Descrição: A tabela apresenta duas colunas, a coluna da esquerda é intitulada mudanças após verificação, trazendo os dados relativos as atualizações dos campos MARC 21 para Registros Bibliográficos e a coluna da direita é denominada total de campos, apresentando os números correspondentes.

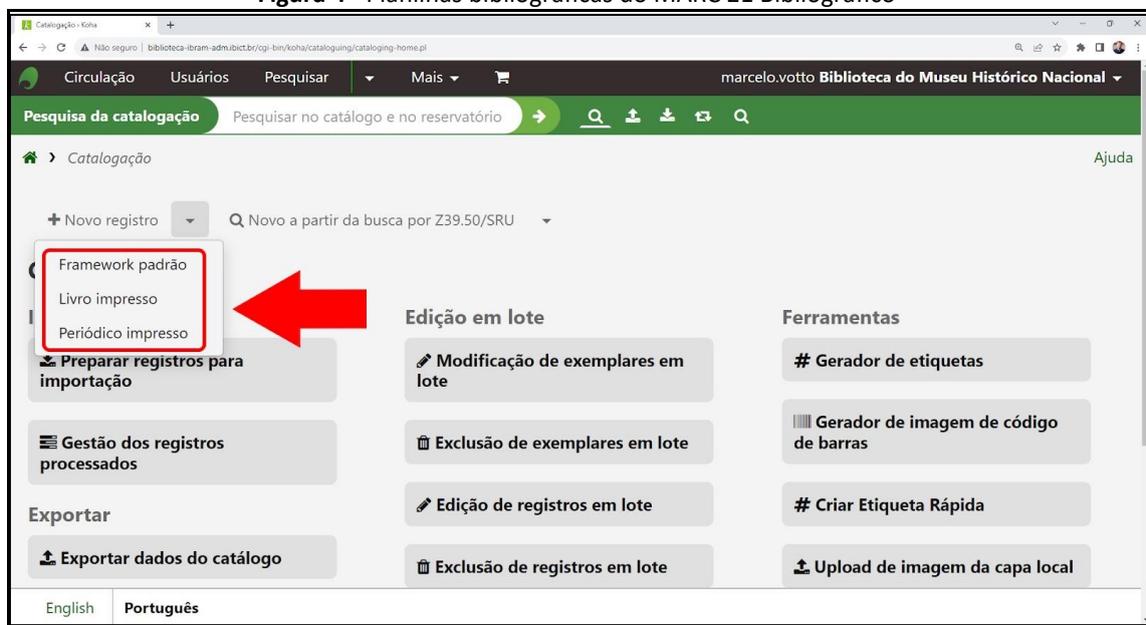
4.2.2 CRIAÇÃO DE PLANILHAS BIBLIOGRÁFICAS DO MARC 21 BIBLIOGRÁFICO

O software Koha apresenta por padrão um modelo de planilha com todos os campos e subcampos visíveis para o catalogador. Essa sobrecarga de exposição de metadados pode confundir o catalogador ou tornar moroso o processo de catalogação, visto que diferentes suportes informacionais possuem atributos distintos para registro, como, o dado de *Escala* que é de uso de recursos cartográficos ou, como outro exemplo, o dado de *Periodicidade*, que é de uso de recursos contínuos.

Diante disso, realizou-se um trabalho de mapeamento dos tipos de recursos informacionais existentes na Rede e, após isso, o detalhamento dos elementos de descrição para cada recurso e o metadado equivalente. Junto a esta etapa, foi alinhado no software Koha quais os elementos estariam expandidos ou retraídos na visualização

da planilha de catalogação. Até o momento deste relatório já foram desenvolvidas as planilhas para *Livros impressos* e *Periódicos impressos*, conforme Figura 4.

Figura 4 - Planilhas bibliográficas do MARC 21 Bibliográfico



Fonte: os autores (2024)

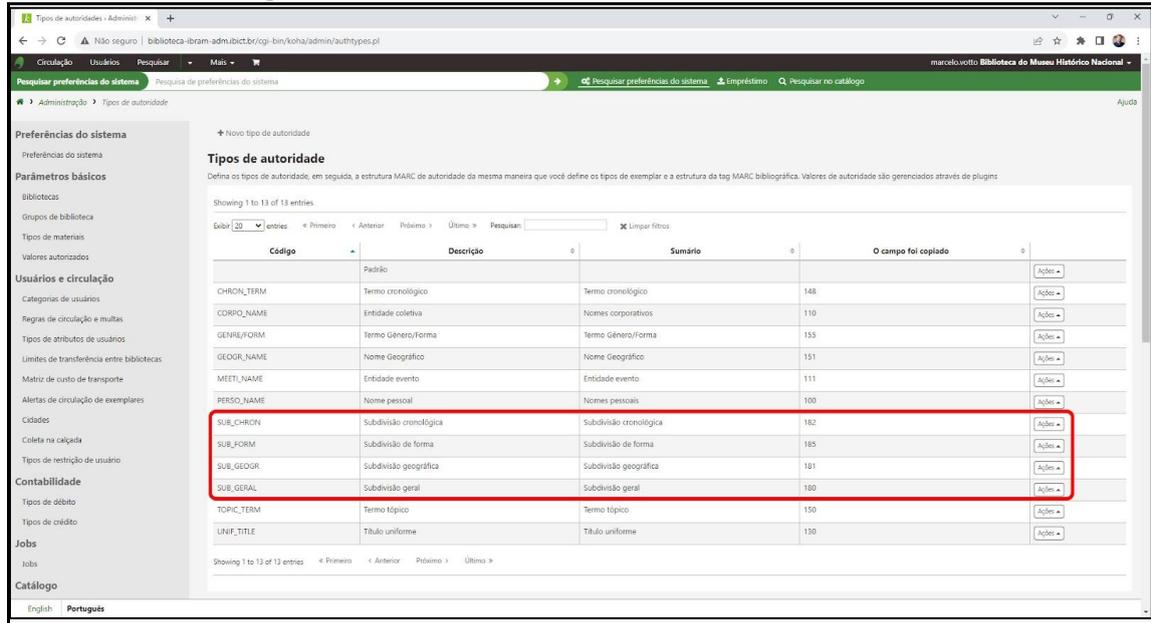
Descrição: A figura mostra a tela do software Koha, dentro do módulo denominado Catalogação. Há uma aba aberta, no canto médio esquerdo com uma seta vermelha apontada para as opções existentes na aba, que são: Framework padrão, Livro impresso, Periódico impresso.

4.2.3 REGISTRO DAS AUTORIDADES PARA AS SUBDIVISÕES DE ASSUNTO

Dentro do processo de indexação de assuntos, é possível gerar assuntos compostos, seja já a partir da base de autoridades ou com a utilização de termos distintos, utilizando-se de duas ou mais autoridades para gerar um assunto composto na base bibliográfica. Contudo, para o uso de duas ou mais autoridades na composição de um único assunto se faz necessário a utilização de subdivisões de assuntos do *MARC 21 Format for Authority Data* e tais subdivisões não estavam cadastradas no software Koha, bem como, não havia vinculação entre as autoridades de subdivisão de assuntos e seus respectivos subcampos nos campos 6xx do MARC Bibliográfico.

Diante do exposto, foram criadas as autoridades para as subdivisões de assunto, conforme a Figura 5:

Figura 5 - Autoridades utilizadas como subdivisão de assunto



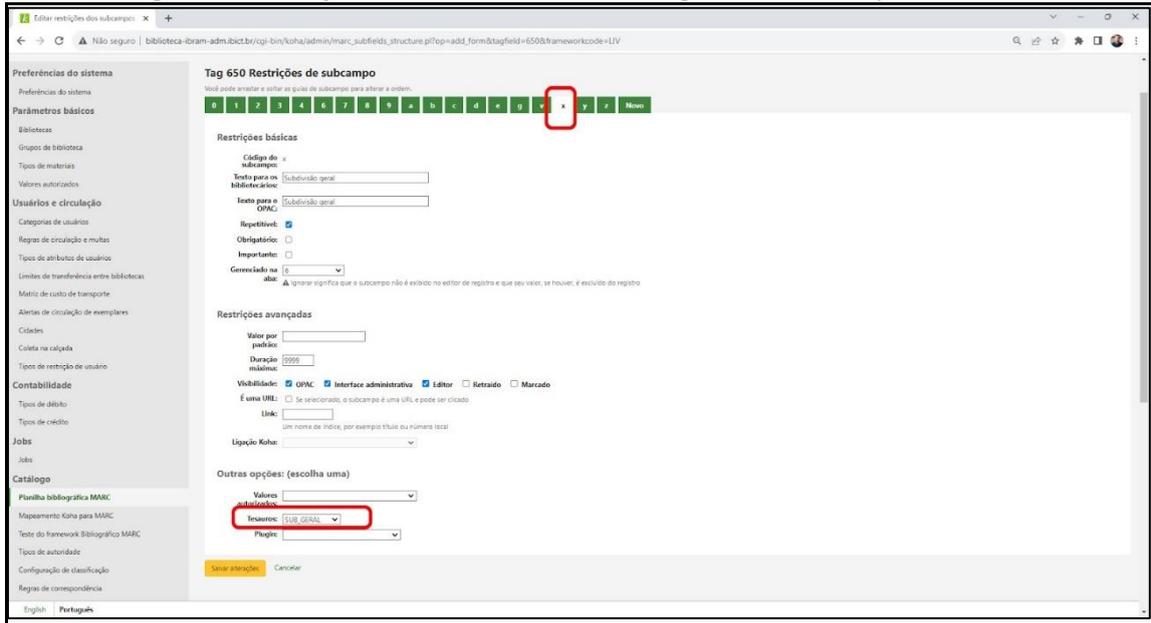
Código	Descrição	Sumário	O campo foi copiado	Ações
CHRON_TERM	Termo cronológico	Termo cronológico	148	Ações
CORPO_NAME	Entidade coletiva	Nomes corporativos	110	Ações
GENRE/Form	Termo Gênero/Forma	Termo gênero/Forma	153	Ações
GEOGR_NAME	Nome Geográfico	Nome Geográfico	151	Ações
MEETI_NAME	Entidade evento	Entidade evento	111	Ações
PERSO_NAME	Nome pessoal	Nomes pessoais	100	Ações
SUB_CHRON	Subdivisão cronológica	Subdivisão cronológica	182	Ações
SUB_FORM	Subdivisão de forma	Subdivisão de forma	185	Ações
SUB_GEOGR	Subdivisão geográfica	Subdivisão geográfica	181	Ações
SUB_GERAL	Subdivisão geral	Subdivisão geral	180	Ações
TOPIC_TERM	Termo tópico	Termo tópico	150	Ações
UNIF_TITLE	Título uniforme	Título uniforme	130	Ações

Fonte: os autores (2024)

Descrição: A figura mostra a tela do software Koha, dentro do módulo denominado Administração. Há uma tabela com quatro colunas apresentando os tipos de autoridades existentes na base. As subdivisões cronológica, de forma, geográfica e geral são demarcadas por uma linha.

De forma previsto em cronograma de atividades, foram vinculadas as autoridades de subdivisão de assuntos com cada respectivo subcampo de uso em cada um dos campos de assunto 6xx do MARC Bibliográfico na Planilha Padrão, conforme Figura 6. Dessa forma, ao fazermos este trabalho antes da criação das planilhas para recursos específicos, conforme abordado na seção anterior, foi possível utilizar tal padronização em todas as novas planilhas.

Figura 6 - Vinculação de autoridade de subdivisão geral com subcampo \$x no 650



Fonte: os autores (2024)

Descrição: A figura mostra a tela do software Koha, dentro do módulo denominado Administração. Na imagem consta a edição da tag 650 do MARC 21 para Registros Bibliográficos, dando-se destaque para o subcampo \$x e qual tesouro a ser pesquisado ao utilizar o respectivo subcampo.

Destaca-se que este é um trabalho que pode ser levado para as demais instalações do software Koha em bibliotecas que tenham interesse.

4.2.4 REGISTRO DE AUTORIDADE PARA ACONTECIMENTOS

Uma inconsistência dos metadados existente no Koha foi resolvida para o uso pela Rede de Bibliotecas do Ibram. Ao selecionar uma autoridade para Pessoa, havia como estabelecimento de cabeçalho as TAGs 100 (Nome de pessoa) e 147 (Nome de acontecimento), pois não havia autoridade específica para a TAG 147 - Nome de acontecimento no MARC Bibliográfico.

Foi realizada a criação da autoridade 147 - Nome de Acontecimentos, com todos os seus respectivos indicadores e subcampos, bem como, o seu respectivo campo de utilização do MARC Bibliográfico, o campo 647 - Entrada para assunto - Nome de acontecimento.

4.3 Padronização de elementos descritivos

Ao idealizarmos a criação de um Sistema Integrado de Bibliotecas também estamos idealizando um sistema integrado de dados, em que as bibliotecas compartilham os mesmos registros bibliográficos e assinalam os itens pertencentes aos

seus respectivos acervos. Exposto isso, a padronização na descrição dos atributos informacionais é de suma importância para uma adequada recuperação da informação por parte dos usuários, bem como, a própria compreensão de descrição dos dados pelos catalogadores.

Sendo assim, esta parte do trabalho focou na entrada e saída dos dados, realizando ajustes para a padronização de determinados atributos informacionais e projetando a visualização dos dados pelos usuários no catálogo online, seja pelas nomenclaturas ou pelas pontuações entre os elementos.

4.3.1 Revisão dos elementos descritivos e alinhamentos

Destaca-se que as padronizações se deram conforme as recomendações do AACr2 e do Manual de Catalogação da Rede. Até o momento foram revisadas as descrições para os seguintes atributos:

Tabela 3 - Relação de elementos descritivos revisados

CAMPO / SUBCAMPO	ELEMENTOS RECUPERADOS	ELEMENTOS PADRONIZADOS
Campo 260 \$a - Local	702	543
Campo 260 \$b - Editora	2204	aproximadamente 1044
Campo 260 \$c - Data	448	aproximadamente 258
Campo 300 \$a - Extensão	2812	aproximadamente 2603
Campo 300 \$b - Ilustrações	261	252
Campo 300 \$c - Dimensão	345	337
Campo 300 \$e - Suplemento	23	15

Fonte: os autores (2024)

Descrição: A tabela apresenta três colunas, a coluna da esquerda é intitulada campo e subcampo, trazendo os dados relativos aos elementos descritivos revisados, a coluna do centro é denominada elementos recuperados, trazendo a quantidade de elementos revisados em cada campo e subcampo. A coluna da direita é denominada elementos padronizados e apresenta a quantidade dos elementos recuperados que foram padronizados na revisão.

4.3.2 Pontuação entre os elementos no catálogo online

Dentro das normativas que envolvem a representação da informação na biblioteconomia, a ordem de descrição e a pontuação entre os elementos são padronizados pela IFLA, a partir do ISBD, edição consolidada (2011). Diante disso, foi

realizado um mapeamento dos elementos catalogados e visíveis na recuperação da informação no catálogo online e previsto a pontuação entre tais elementos, conforme Figura 7.

Figura 7 - Indicações de pontuação entre elementos no catálogo online

Nas colunas "Pontuação antecede" e "Pontuação sucede", além da pontuação indicada, é utilizado o símbolo # cerquilha, para representar a necessidade de espaços em branco antes ou depois da pontuação indicada.

PONTUAÇÕES					
NOMENCLATURA	TAG	Subcampo	Pontuação antecede	Pontuação Sucede	Observação
Autor	100/730	\$a			
		\$b			
		\$c			Quando elemento descrito iniciar com parênteses (
		\$c	#		Quando elemento descrito NÃO iniciar com parênteses (
		\$q	#		
		\$d	#		
		\$e	#()#	
		\$o		#:#	

Fonte: os autores (2024)

Descrição: A figura apresenta a imagem de um arquivo textual, em que no seu conteúdo dispõe de um quadro com 6 colunas que dispõem sobre as pontuações a serem aplicadas, conforme os elementos, no catálogo online da Rede de Bibliotecas do Ibram.

4.3.3 Exibição dos elementos descritivos no catálogo online

Paralelo ao trabalho de pontuação entre os elementos descritivos visualizados no catálogo online, realizou-se um mapeamento de quais elementos serão visualizados em cada etapa do processo de busca e qual a nomenclatura que cada elemento visualizado receberá no catálogo online. Assim, dividiu-se a exibição dos dados em três etapas, sendo:

- Resultados da busca;
- Visualização do registro completo;
- Visualização dos itens.

Portanto, em cada uma das etapas supracitadas estão previstos quais elementos serão exibidos ao usuário e a nomenclatura que precede cada elemento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório oferece uma visão preliminar dos resultados alcançados até o momento. Destaca-se a importância da análise das políticas e manuais de catalogação, bem como a relevância do tratamento dos metadados do MARC21. A padronização de elementos descritivos emerge como um aspecto crucial para assegurar a consistência e a eficácia do processo.

No que concerne às políticas e manuais de catalogação, observa-se a necessidade de alinhamento contínuo com as melhores práticas e normativas vigentes. O tratamento dos metadados do MARC21 foram cruciais para apoiar as Metas 3 e 4, uma vez que, para realização da migração dos acervos necessita-se a definição dos campos MARC21.

A padronização de elementos descritivos emerge como um fator determinante para a eficiência do sistema, destacando a importância de diretrizes claras e uniformes. Essa padronização não apenas simplifica a gestão dos acervos, mas também otimiza a recuperação da informação.

Em conclusão, salientamos que os estudos continuam em andamento, sendo aprimorados durante as migrações dos acervos das bibliotecas e as reuniões com a equipe de bibliotecárias.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, B. S. **Introdução ao controle bibliográfico**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CHAGAS, M. S. Um novo (velho) conceito de museu. **Cadernos de estudos sociais**, Recife, v. 2, n. 1, p. 183-192, 1985. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/971/692>. Acesso em: 25 jan. 2024.

DIAS, E. W. Contexto digital e tratamento da informação. **Data Grama Zero**, v. 2, n. 5, 2001. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000007802/510f5ff8f95b0e653380f802527ab675>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FUSCO, E. **Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e->

books/Aplicacao_dos_FRBR_na_modelagem_de_catalogos_bibliograficos_digitais.pdf.
Acesso em: 16 jul. 2014.

HILLESHEIM, A. I. A.; FACHIN, G. R. B. Prática de tratamento da informação: relato de experiência docente. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, 2016.

IKEMATU, R. S. Gestão de metadados: sua evolução na tecnologia da informação. **Data Grama Zero**. V. 2, n. 6, 2001.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Statement of International Cataloguing Principles (ICP)**. [Den Haag]: IFLA, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-en.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024. Edição com pequenas revisões em 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **ISBD Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada**: atualização 2021 da Edição Consolidada 2011. Tradução de Fernando Modesto e Marcos Hübner. IFLA: Haia, 2024. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/3373> . Acesso em 02 de jun. 2024.

SANTOS, J. P. O perfil do profissional bibliotecário. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **O profissional da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000.

SANTOS, P. L. V. A. C.; PEREIRA, A. M. **Catálogo**: breve história e contemporaneidade. Niterói: Intertexto, 2014.